

POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS, LOGO EXISTO.

Arlete Cardoso Soares¹

Laiza Freita Martins²

RESUMO

Parte-se do pressuposto de que o processo histórico Serviço Social contribuiu para a condição de consciência crítica e identitária da profissão, fato que justifica a necessidade de profundas reflexões e análises sobre as políticas públicas juntamente com a pobreza que acirra atualmente. O objetivo de fomentar discussões como também reflexões sobre a dimensão das políticas públicas para amenizar a conjuntura da pobreza.

Palavras-chave: pobreza; políticas públicas; Serviço Social.

ABSTRACT

It starts from the assumption that the historical process of social work contributed to the condition of critical consciousness and identity of the profession, which justifies the need for deep reflection and analysis on public policy with the poverty that is aggravated now. The objective of stimulating discussion as well as reflections on the extent of public policies to alleviate poverty situation.

Keywords: poverty, public policies, social services.

¹ Estudante de Graduação. Faculdade Santo Agostinho (FACISA). letecg@yahoo.com.br

² Estudante de Graduação. Faculdade Santo Agostinho (FACISA).

1 - INTRODUÇÃO

Propomos neste artigo uma reflexão sobre as políticas públicas juntamente com a pobreza que desenvolvem de diversas maneiras que agravam a cada minuto.

Na estrutura do artigo contém uma introdução que explica o título e explicita os principais conteúdos discutidos: o processo histórico no Serviço Social como também da pobreza fazendo algumas considerações necessárias em seguida sobre a pobreza e as políticas públicas um fator importantíssimo para ser discutido e concretizá - las e desenvolves da melhor forma possível.

Ressaltamos que as discussões deste artigo apesar de preliminares se pretenderam críticas, ou pelo menos suscitadoras de reflexões melhor embasadas teoricamente.

Em termos conclusivos, salientamos que Políticas Públicas juntamente com a pobreza contribui para a formação profissional em amplo sentido, quando apresenta os métodos, o planejamento, os cronogramas, as atividades técnicas a serem aplicadas, os desafios as serem enfrentados entre outros. Além disso, elucida a relação entre teoria e prática do Serviço Social.

2. CONSIDERAÇÕES IMPRESCINDÍVEIS SOBRE A POBREZA E O SERVIÇO SOCIAL

Antes de contextualizar a pobreza, consideramos necessário explicitar Serviço Social no seu processo de origem e legitimação, que inicialmente vinculado ideologicamente às necessidades do Capital, como ferramenta de controle das classes subalternas, não questionava sua pouca capacidade de produção e reprodução intelectual, nem tampouco as causas e conseqüências desta característica, corroborando e contribuindo para a expansão e hegemonia do capitalismo, que, como afirma Martinelli, é “[...] um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas, essencialmente pela dominação de processo de produção pelo capital” (MARTINELLI, 2008, p.27).

Devido à astúcia do Capitalismo e, também, à concentração dos meios de produção nas mãos de uma classe representada por uma minoria na sociedade, e do outro lado à existência de quem não tinha nada a não ser a sua força de trabalho para vender, propagaram-se questões econômicas, políticas e sociais que interessavam, sobremaneira, a quem estava no poder.

Diante da contextualização o Serviço Social, Montaño (2003) dialoga sobre duas teses, que são claramente opostas, sobre a gênese do Serviço Social. Estas se confrontam como interpretações extremas sobre o tema, sendo que, tal como foram estabelecidas, se constituem em teses alternativas e mutuamente excludentes.

Para Montaño (2003) a primeira tese especia (sustenta) a origem do Serviço Social na evolução, organização e profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na “questão Social”.

Interessante que o autor, articula “as bases da profissão datam das primeiras formas de ajuda, encontrando-se geralmente nas obras de Tomas de Aquino e Vicente de Paula, alguns dos primeiros precursores da Assistência Social”. Esta tese, endogenista, é sustentada por alguns teóricos, ou seja, Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, entre outros analisaram gênese ou na natureza do Serviço Social, o que expressa um extenso de correntes e perspectivas que conflui a importância da gênese profissional, da perspectiva endogenista.

Diante dessa tese apresentava uma vinculação com a Igreja Católica, pois a profissão percorreu uma visão de benevolência e caridade, de filantropia na qual era inexistente a pesquisa no Serviço Social. Historicamente, a categoria era construída no legado religioso e se encontrava entrelaçado por todas essas tramas, ou seja, no tradicionalismo, conservadorismo e funcionalismo, que distingue os sinais do tempo na realidade.

Para Montaño (2003) os endogenista sopesam que o ato de ajudar ao próximo é uma prática realizada desde o surgimento da humanidade em consequência das desigualdades sociais continuamente existentes e que o Serviço Social nasce para afadigar-se com estas questões no berço da Igreja católica, o que lhe aferiu um título de trabalho caritativo.

Ao contrário disso, Montaño (2003) aborda também uma análise histórico-crítica que é uma ação analítica histórica do Serviço Social, pois subtece a gênese da profissão segundo avanços de projetos políticos e econômicos que favorecem o desenvolvimento histórico, ou seja, a hegemonia do Capitalismo e devido à concentração dos meios de produção nas mãos de uma classe representada por uma minoria na sociedade, e do outro lado à existência de quem não tinham nada a não ser a sua força de trabalho para vender.

A partir desse contexto surgiram vários problemas sociais em decorrência dos elementos econômicos, sociopolíticos e culturais da ordem burguesa e do capitalismo monopolista. O Estado Capitalista necessitava manter a ordem socioeconômica e política. Também consolidar, legitimar e desenvolver o sistema e aumentar a acumulação do capital.

Mediante a isso a situação da “questão social”³ torna-se lastimável e estrangula-se em todos os sentidos e lugares, atingindo, principalmente, a classe trabalhadora, reproduzindo a desigualdade social que é geradora de um conjunto de fenômenos que se constituem no desenvolvimento histórico desse Sistema.⁴ Trata-se do

[...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto a apropriação privada na própria atividade humana – o trabalho, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do trabalho livre, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidade vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2009, p.16-17).

³ A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política. YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. (org.). Serviço Social – Direitos Sociais e Competência Profissionais. 1 ed. Brasília – DF: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p.126-141.

⁴ Marx trata da produção e reprodução da desigualdade – cuja face mais visível é a pobreza que se apresenta nas sociedades em diversos graus, sendo o mais avançado o que ele designa como pauperismo, ao longo de toda a sua obra, da qual destacamos aqui, especificamente, o Capital: Crítica da Economia Política. O livro I: O processo de produção capitalista. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

Neste período histórico, distingue-se o investimento do país na indústria ocultando se a “questão social”. Também se inicia a formação e organização da classe operária (que contrária à burguesia organizava-se devido à precarização das condições de vida e de trabalho), fato que contribuiu para o surgimento de manifestações, mobilizações e greves.

A gênese do Serviço Social iniciou na Europa e nos Estados como uma peça fundamental e necessária à burguesia, que se vincula ao Estado e à Igreja Católica na busca de legitimar a ordem social burguesa, além disso, para encobrir as contradições e desmobilizar as reivindicações dos operários. Lembrando que os fundamentos e a base (o preparo intelectual) dos Assistentes Sociais neste período eram predominantemente religiosos e conservadores.

O pensamento conservador, associado ao forte vínculo com a Igreja católica, que foi tornando-se presença dominante no Serviço Social Europeu, trouxe para a prática social ainda com maior ênfase, a dimensão do controle, da repreensão e do ajustamento aos padrões estabelecidos pela sociedade burguesa construída. (MARTINELLI, 2008, p. 116)

No Brasil não foi diferente: o Serviço Social nasce na década de 1930, momento histórico marcado por conflitos devido às crescentes crises entre capital e trabalho decorrentes do processo de industrialização que, por sua vez, provocou o aumento da miséria, das desigualdades sociais e o crescimento desordenado das cidades.

Neste período histórico, distingue-se o investimento do país na indústria camuflando a “questão social”. Também se inicia a formação e organização da classe operária (que contrária à burguesia organizava-se devido à precarização das condições de vida e de trabalho), fato que contribuiu para o surgimento de manifestações, mobilizações e greves. Neste cenário a profissão precisou intervir junto às questões trabalhistas, vinculada ao sistema capitalista industrial e financeiro. Não existia por boa parte dos primeiros assistentes sociais a clareza quanto à diferenciação entre as demandas da classe trabalhadoras e aquelas estabelecidas pelos dominantes da sociedade.

Na década 1940 e 1950, a profissão introduzir-se no processo de institucionalização e tecnificação, no entanto, sua função e identidade atribuídas

permanecem: contribuir para o aperfeiçoamento do ser humano adaptando-o ao Sistema (Martinelli, 2008).

Segundo Netto (2006), a partir da década de 60, em consequência da industrialização pesada e devido ao novo padrão de exigência lançado pela autocracia burguesa, os Assistentes Sociais perceberam a inópia de se sintonizar com uma sociedade que perpassada por mudanças e crescimentos; sendo indispensável o aprimoramento do ponto de vista teórico-metodológico dos profissionais que reivindicavam funções não apenas executivas.

Entretanto, esse movimento de ruptura com o Serviço Social clássico foi abordado pelo Golpe Militar de Abril de 1964. Apenas a partir da década de 1970 com o Movimento de Reconceituação, é que o Serviço Social tenta retomar essa discussão através de seminários e eventos referentes ao processo de mudança (ruptura) na profissão. Buscou-se desde então erigir um pluralismo profissional que rompesse com o monolitismo; bem como auferir uma fundamentação teórico-metodológica; a compreensão da dimensão política intrínseco a sua prática, atendendo o usuário de direito.

Nesse período ditatorial ocorrem inúmeras repressões, contenções e novos feitos econômicos, políticas e sociais, na qual o Serviço Social indaga a profundidade da profissão e sua inserção na sociedade, assim sendo a sua teoria, metodologia e prática: que está no legado do Movimento de Reconceituação. Netto (2006) elucida que, nesse contexto, a categoria passar a ter maior informação e sensibilidade, fazendo com que o real desempenho do Serviço Social seja caracterizado, deixando de ser visto como beneficente e filantrópico.

O movimento de Reconceituação, portanto, provoca a ruptura com o conservadorismo e torna hegemônica a identidade do profissional com a transformação social, voltada aos interesses das classes subalternas. Constituiu-se num Movimento conduzido para uma revisão profissional, marco na história da profissão. (KIMO, 2010, p.21).

A Reconceituação foi um marco determinante no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social. Netto (2006) indica que o Serviço Social tradicional possuía as práticas empiristas, reiterativas, paliativas e burocratizadas, orientada por uma ética liberal-burguesa claramente funcionalista, visando enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupo.

Os Assistentes Sociais inquietos e dispostos a buscar a renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas na “questão social”; a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais; a eficácia das ações profissionais; a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social. (BRANDÃO, 2006, p.55).

Interessante que a partir dessas inquietações que foram extremamente significativas no Serviço Social foi fundamental, pois é a partir destas que podemos interpretar a realidade e propor estratégias de intervenção que contribuam para a solidificação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A pobreza apresenta inúmeras dimensões complexas, além disso, ela está vinculada no Serviço Social, ou seja, é uma das refrações da questão social. Lembrando houve uma discussão sobre o fenômeno da pobreza com mais ênfase no século XX. Pois há vários conceitos de pobreza, então ressaltamos que é categorizada como “juízo de valor” quando se trata de uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades [...]. (GUROVITZ e CRESPO, 2002, p.3).

Mediante a esse aspecto a pobreza apresentam níveis altíssimo que são originados “por uma combinação de heranças, condições e escolhas de natureza econômica, política e cultural”. Parafraseando Reis e Schwartzman é uma falta de criticidade que a pobreza e a desigualdade poderiam ser extinto pela simples aspiração política, eles ainda relatam que é “pela redistribuição de recursos dos ricos para os pobres”. Fato meio impossível de se concretizar, pois ainda predomina o individualismo na ótica neoliberal.

Ao decifrar as questões emergentes e as problemáticas mais cruciais da pobreza existentes na realidade social, o Serviço Social preocupa-se não apenas em compreender a realidade, mas, a partir de sua abordagem, contribuir para melhorar esta realidade. O Serviço Social tem como objetivo de contribuir para a efetivação de uma sociedade mais justa. Através dessa visão global diante da realidade capitalista como também desse deciframentos da sociedade, um dos campos de atuação do Assistente Social na Política Pública.

3. POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS, LOGO EXISTO.

As Políticas Públicas e a pobreza são bem antigas e aprimorou mais na Revolução Industrial, sobretudo com a Lei dos pobres de 1601 e em seguida “revogada apenas pela promulgação de Nova Lei dos Pobres de 1834⁵” na Inglaterra segundo Schons(2008). Interessante que essa lei é semelhante à política pública, isto é, o programa Bolsa Família⁶ no Brasil. Lembrando que houve esse acirramento devido à busca intensificada do capital. Ainda nesse contexto

[...] as causas da pobreza não podiam ser individuais, mas estruturais: a exploração do trabalho pelo capital, o poder das elites que parasitavam o trabalho alheio e saqueavam os recursos públicos, e a alienação das pessoas, criada pelo sistema de exploração, que impedia que elas tivessem consciência de seus próprios problemas e necessidades. (Schwartzman, 2007, p.13)

Embora a pobreza e a desigualdade sejam tão remotas como ressalta Schwartzman (2007), entretanto, com o desenvolvimento do capitalismo a partir do século XX apresentou algum caos, mas também houve um salto nas conquistas democráticas, por exemplo, o sufrágio universal, criação dos sindicatos e por fim o crescimento das funções do Estado segundo Pereira (2009). “Na conquista democrática dos direitos sociais (além dos civis e políticos, tidos como individuais), cuja concretização, a partir do século XX, passou ser mediada por políticas públicas” [...] ressaltando Pereira (2009).

Não podemos de relatar que “o termo política pública não pode ser confundida com política estatal, ou de governo, e muito menos com a iniciativa privada” verdadeiramente correto, pois

⁵ Nova Lei dos Pobres de 1834 surgiu na Inglaterra conhecida como Sistema de Abono. Com efeito, foi basicamente esta “lei elisabetana” que ditou os pontos norteadores da Assistência aos pobres em todo esse longo período. Consistiu essa lei em não muito mais que a mera instituição de uma taxa a ser paga para o benefício dos pobres e um subsídio em dinheiro. [...]. SCHONS, Selma Maria. Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”, 2008, p.63-100.

⁶ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra a [Fome Zero](#) que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. Disponível: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> Acessado 10/04/11 às 14h12m

[...] o termo “público”, que também qualifica a política, tem um intrínseco sentido de universalidade e de totalidade orgânica. [...] A política pública, portanto, é uma coisa de todos para todos, que compromete todos (inclusive a lei, que está acima do Estado), podendo traduzir o conceito de república (do latim res: coisa; publica: de todos), o qual envolve tanto o Estado no atendimento de demandas e necessidades sociais, quanto à sociedade no controle democrático desse atendimento. [...] (Pereira, 2009, p.287-288)

Por isso que as políticas públicas, atualmente, necessitam atuar com mais ênfase no combate à pobreza “enquanto este "capitalismo defeituoso" não se corrige, o paternalismo” no Brasil, a situação pobreza vai mais agravar. Em termos conclusivos, salientamos que trabalho constante de entender todo o processo das políticas públicas juntamente a com pobreza que sempre existiu e “de fato "consertar" o sistema capitalista é necessário ir abandonando as grandes retóricas e examinar, caso a caso, que opções de política pública maximizam” [...] e fazem melhor uso dos recursos disponíveis. Portanto, vamos a luta para diminuir a pobreza e potencializar as políticas públicas.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando Roberto Shinyashiki a vida não é um quadro pronto. Isso não foi diferente com o Serviço Social foram momentos de construção a cada processo de luta até mesmo com si mesmo, ou seja, romper com as bases tradicionais. E, além disso, a pobreza e a políticas públicas estão caminhando junto devido o seu processo histórico.

Interessante que neste contexto, faz-se urgente a construção de saberes que forneçam elementos capazes de contribuir para superação dos problemas e desafios dessa realidade que se apresenta à profissão, que necessita ser compreendida, para posteriormente ser trabalhada. O olhar crítico diante da sociedade nos possibilitará enfrentar as injustiças que estão vivas e presentes.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Rita de Cássia Camargo. **O Serviço Social no Brasil: A reinstrumentalização necessária.** Franca: UNESP, 2006. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/rita.pdf> - Acessado no dia 25/04/2010 às 15 h 32 minutos.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz. GUROVITZ, Elaine. A POBREZA COMO UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL. In: **RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, julho/dez/2002.** <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf> Acessado no dia 15/04/11 às 22h01m

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 16ªed. São Paulo. Cortez, 2009.

KIMO, Mariana Oliveira. **A pesquisa como subsidio na formação do assistente social: um estudo no curso de Serviço Social da faculdade de Ciências sociais aplicadas Santo Agostinho.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Santo Agostinho – FACISA - Montes Claros, 2010, p. 8-55.

MATINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** 12º ed. São Paulo. Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social – Um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua “reprodução”.** 5ªed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 17-92.

NETTO, José Paulo. **Ditadura Militar e Serviço Social.** 11º ed. São Paulo. Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. In: **CFESS; ABEPSS. (org.). Serviço Social – Direitos Sociais e Competência Profissionais.** 1 ed. Brasília – DF: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p.286-300.



SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 13-30.

VIEIRA, Eliana de Araújo; CAMPOS, Érika Veloso; CREPALDI, Véra Lúcia. **Pesquisa no Serviço Social: em busca do reconhecimento científico da profissão**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Santo Agostinho – Montes Claros (MG), 2005.